



## **Revoluções Periódicas na Imprensa: Disputas em torno do conceito de moderno no campo jornalístico<sup>1</sup>**

Bruno Fernando CASTRO<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

### **RESUMO**

Com a proposta de estudar a história da imprensa e dos sistemas de comunicação como um processo, nos permitiremos estudar como ao longo da história, a imprensa se auto-referenciou como baluartes da modernidade. Por isso, trabalharemos também com história do conceito de moderno, e as suas variantes, dentro do campo jornalístico, utilizado ao longo da história da imprensa buscando a legitimação dos variados projetos de jornalismo em disputa nessa história, procurando definir o que é o jornalismo/jornalista, qual deveria ser sua atuação no campo intelectual e político. A questão não é a realidade histórica, e sim as disputas conceituais a produzir efeitos observáveis e concretos sobre ela, pois a palavra produz efeitos concretos sobre a realidade, por isso ela é um dos vetores constitutivos da realidade socialmente construída.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Historia do Jornalismo; História dos Conceitos; Modernização do Jornalismo

### **TEXTO DO TRABALHO**

A imprensa, como qualquer campo social, está repleto de mitos e valores, evocados para auto-legitimar sua prática e sua papel no mundo social. Esses valores são tomados como dados, ou, no máximo, localizados historicamente em marcos temporais que produziram grandes mudanças na imprensa levadas a cabo por grandes homens. Portanto, é senso comum tomar os anos 1950 como o marco modernizante da imprensa. A imprensa se profissionalizou, as técnicas jornalísticas se aprimoraram, a administração ficou mais eficiente, autonomizando-se do poder político, entre outras mudanças, são tidas como verdadeiras rupturas, como se antes a imprensa fosse de um jeito, e ao longo desse período ela deixasse de sê-lo para transformar-se em algum completamente novo e moderno. O que pretendemos nesse trabalho, não é apenas demonstrar como essa história é muito mais ambígua do que aparenta, pois, de fato, a imprensa apresentou rupturas nesse período, mas também muitas continuidades. Afinal

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Mestrando em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. Licenciado em História pela UERJ/FFP e Graduando em Estudos de Mídia pela UFF, onde foi bolsista da professora Marialva Barbosa. [brunofernandocastro@yahoo.com.br](mailto:brunofernandocastro@yahoo.com.br)



a história e os sujeitos históricos sempre são ambivalentes, e a intenção de fechar/limitar a interpretação sobre um período é querer controlar não apenas o passado, mas também o presente daqueles que se referenciam a esse passado.

Com a proposta de estudar a história da imprensa como um processo e a história dos sistemas de comunicação<sup>3</sup>, nos permitiremos estudar como ao longo da história, a imprensa se auto-referenciou como baluartes da modernidade. Por isso, trabalharemos também com a história do conceito de moderno, e as suas variantes, dentro do campo jornalístico, utilizado ao longo da história da imprensa buscando a legitimação dos variados projetos de jornalismo em disputa nessa história, procurando definir o que é o jornalismo/jornalista, qual deveria ser atuação do jornalismo no campo intelectual e político. Os conceitos não nos instruem apenas sobre o caráter singular de significados passados; para além disso, eles contêm possibilidades estruturais, tratam simultaneidades como não simultaneidades, as quais não podem ser depreendidas por meio da seqüência de acontecimentos na história. Portanto, será útil para esse trabalho tomar o jornalismo como um campo, com disputas dentro e fora dele, buscando legitimar um lugar autorizado de fala que lhes conceda o poder de dar significados à realidade social. Por isso, as relações de poder e disputa se darão não apenas entre o velho jornalismo(ista) e o jornalismo(ista) que se quer moderno, ou uma heterodoxia querendo deslegitimar a autoridade detida por uma ortodoxia, mas também entre os outros vários segmentos da sociedade, o político, o intelectual, que completam essa relação de poder, seja por oposição, seja por apoio.<sup>4</sup>

### **Disputas em torno do conceito de moderno no campo jornalístico**

A questão não é a realidade, e sim as disputas conceituais a produzir efeitos observáveis e concretos sobre ela, pois a palavra produz efeitos concretos sobre a realidade, por isso ela é um dos vetores constitutivos da realidade socialmente construída.

---

<sup>3</sup> Tal qual propôs autores como Robert Darnton, em “*O Beijo de Lamourette*”, defendendo uma história dos sistemas de comunicação, que englobe todo o processo comunicacional de produção, distribuição e recepção, relacionando sempre ao seu contexto social; ou como Stuart Hall, no artigo seminal “*Encoding/Decoding*”, com base na economia política de Marx desenvolvida no *Grundrisse*, desenvolve seu argumento para defender um modelo de análise que abranja um circuito contínuo entre produção-distribuição-consumo-produção.

<sup>4</sup> Essas divisões são meramente para facilitar a análise, pois essas delimitações não se dão na realidade concreta. Muitos daqueles fazem parte de um campo, de um grupo social, num momento, em outro pode compor outro grupo sem prejuízo, salvo alguns casos específicos, de sua identificação com um grupo o outro.



Sempre que se diz algo, sua afirmação ganha uma existência separada, fora de você, ela se torna um acontecimento<sup>5</sup>. De tal maneira, estamos lidando com diferentes níveis de realidade, uma na qual a irrevogável sucessão de acontecimentos tem lugar, enquanto que outra antecipa acontecimentos possíveis os quais, sob diferentes condições, pode, mas não necessariamente, ocorrer. (Koselleck, 1989:656). Mas todas as histórias permanecem explicativas tão logo suas pressuposições interpretativas e analíticas não são questionadas. A partir dessa perspectiva torna-se claro porque a história pôde ser considerada por séculos como um elemento de retórica e porque a interpretação cristã da história e do mundo permaneceu estável por tanto tempo. (Idem, p. 663). Portanto, procuramos fazer uso das chaves interpretativas complementares propostas por Pocock, isto é, a análise da verbalização de um ato político e tomar a verbalização como um ato político. Verbalização entendida como um ato reflexivo que busca construir e relacionar significados e como ação planejada posta em prática para alcançar algum efeito.

Está claro que o sentido exato de um conceito pode ser depreendido apenas a partir do contexto da fonte analisada, mas devemos deduzir igualmente outras questões como a situação social do autor e dos destinatários, o meio utilizado para expressar, os usos que fazem da linguagem, sem perder de vista o contexto sócio-histórico.

A investigação do campo semântico de cada um dos conceitos principais revela um ponto de vista polêmico orientado para o presente, assim como um componente de planejamento, ao lado de determinados elementos de longa duração da constituição social e originários do passado. Na multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside, portanto, a força expressiva da história (Koselleck, 2006:101)

Quais os critérios de definição de uma expressão? Existem vários, mas seus usos os põem em disputa, buscando a prevalescência daquele que mais contribua para construir uma linguagem que expresse seus projetos. Ou seja, os conceitos são visto aqui dentro de ma dimensão de disputa semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições.

Portanto, como conceitua Koselleck,

A história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado de crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político. É evidente que uma análise

---

<sup>5</sup> Existe toda uma corrente teórica que analisa a linguagem não apenas no seu aspecto prescritivo, como propôs o pensamento saussuriano, mas também no que a linguagem e a fala tem de performática, com estudos cada vez mais sistematizados e sofisticados que seguiram o ensaio seminal *How to do things with words* do filósofo John Austin.



histórica dos conceitos deve sempre remeter a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão lingüística e a dinâmica no interior de certos grupos sociais. (Cf. Koselleck, 2006:103)

Seguindo em sua conceitualização, Koselleck afirma que, ainda que os significados abstratos e concretos estejam associados a seus significantes (as palavras), eles se nutrem também do conteúdo suposto, do contexto falado ou escrito e da situação social. O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Enquanto que o conceito, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela. (Idem, pp. 108-9)

A relevância dessas hipóteses para este trabalho é a idéia de que posicionamentos sócio-políticos, ainda por serem conquistados, foram formulados primeiro na linguagem, justamente para que pudessem ser conquistados e para que fosse possível dominá-los.

Expressões de idéias são também expressões de disputas sociais, mas tais expressões sempre são apropriadas ao longo da história por sujeitos socialmente posicionados de modo a conquistar poder simbólico para disputar posição de prestígio dentro de um campo. Essas práticas sociais apenas são possíveis de serem analisadas a partir de uma dimensão relacional do posicionamento e dos modos de agir dos sujeitos, ou seja, para quem você fala, se dirige, se relaciona e quais suas intenções. E criar ou fazer uso de conceitos é procurar se afirmar num campo, por isso os conceitos, além de criar a realidade ao mudar nossa percepção desta, ressignificam o passado em função das expectativas futuras daquele grupo que faz uso de um determinado conceito.

O campo intelectual, assim como o jornalístico, num dado momento e lugar é feito por agentes que vão se posicionando intelectualmente de maneira variada. O conceito de campo não é um agregado de indivíduos isolados, na verdade, ele é entendido como uma configuração ou uma rede de relações sociais. Os indivíduos no campo estão relacionados uns aos outros de diferentes maneiras, cada um tem um peso social específico que lhe concede autoridade dentro desse campo, conquistada porque a idéia de campo prevê relações de poder distribuídas simbolicamente de maneira desigual entre os indivíduos que compõem um dado campo. Por conta dessa característica que Bourdieu dirá que os agentes dentro de um campo e os agentes de um campo em relação ao outro estão sempre em disputa para conquistar poder simbólico e



assegurar o direito de dar sentido à realidade social, o que conta como intelectualmente estabelecido e culturalmente legitimado. E o campo é influenciado pelos interesses e disputas de toda a sociedade.

Por isso, o objeto de análise escolhido consiste em depoimentos de jornalistas, utilizando como critério na seleção, as falas daqueles que detinham posições capazes de participar nos processos de decisão sobre a produção e posicionamento sócio-político do jornal.

Primeiramente, pontuaremos as referências a se buscar para a análise das mudanças na imprensa. Em primeiro lugar, o perfil do jornalista, quais as definições para esse ofício ao longo da história, as disputas de memória em função da identidade que se quer legitimar, o posicionamento social do jornalista no discurso e em ações, sua função missionária auto-atribuída. Outro aspecto é a linguagem, enquanto forma de criação verbal, e o conteúdo, ou seja, como o texto é apresentado e escrito, que conteúdos sociais aborda e de que forma. A terceira referência a se considerar é em relação à administração, o posicionamento do jornal enquanto instituição social, suas relações com a política e o poder público, a organização e gerência de suas receitas e recursos. E por fim, o aspecto tecnológico, seu papel na administração do jornal, sua influência sobre a linguagem verbal e não-verbal utilizada pelo jornal. É de se imaginar que essas referências mudam quando a imprensa ou a sociedade como um todo passa por momentos de crise, mas não é necessariamente assim que acontece, como demonstramos anteriormente.

A imprensa sempre procurou se conformar enquanto uma comunidade discursiva ocupando um lugar de fala privilegiado e legitimado, e o próprio jornalismo criou as condições sociais para a eficácia de seu projeto, se posicionando de maneira pretensamente autônoma, passando a atuar de outra maneira na esfera política. E um dos meios utilizados para alcançar esse objetivo eram as falas da imprensa auto-referentes, presente nos editoriais, artigos de fundo, ou na fala do diretor do jornal, além de depoimentos dos próprios jornalistas, ou em outros vestígios narrativos do passado em fontes as mais diversas, como autobiografias, cartas, entre outros.

### **O moderno na imprensa antes dos anos 1950**

Em fins do século XIX, uma das marcas da modernidade identificadas pelos jornais e associando estas a eles, era o telégrafo. Implementado a partir de 1874 no rio



de janeiro, com ele era possível noticiar fatos do mundo ocorridos no dia anterior e os transportar até as mais longínquas províncias do Brasil. Outros aparatos surgiam nas páginas dos jornais para compor as “maravilhosas invenções” proclamadas pelos jornais. O cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguerreótipos, a linotipo, as Marinonis são algumas das tecnologias que invadem a cena urbana e o imaginário social na virada do século XIX para o XX, introduzindo amplas transformações no cenário urbano e/ou nos periódicos que circulam na cidade.

São os maiores periódicos da cidade que implantam os artefatos tecnológicos que mudam significativamente a maneira como se produzem jornais: máquinas linotipos capazes de substituir o trabalho de até 12 das antigas composições manuais; máquinas de imprimir capazes de “vomitar” de 10 a 20 mil exemplares por hora; máquinas de fotografar capazes de reproduzir em imagens o que antes apenas podia ser descrito; métodos fotoquímicos que permitem a publicação de clichês em cores. Os periódicos transformaram gradativamente seus modos de produção e o discurso com que se auto-referenciam. Passam a ser cada vez mais ícones de modernidade numa cidade que quer ser símbolo de um novo tempo. (Cf. Barbosa, 2006:22).

Para esses jornais, rapidez é a palavra de ordem, pois o papel do jornal passa cada vez a ser não apenas anunciar o que se passa no mundo, mas também informar com rapidez.

“Desde ontem o Jornal do Brasil conta com uma Marinoni dupla, podendo tirar 4, 6 ou 8 páginas de modo que assim conseguiremos satisfazer as exigências da nossa extraordinária tiragem, pondo a trabalhar simultaneamente quatro maquinas singelas de quatro páginas, cada uma, ou duas máquinas duplas para 6 ou 8 páginas. O serviço telegráfico aumentou (...) uma expedição biquotidiana para dois sistemas intermediários. Especialmente cuidamos de melhorar as fontes de informação esperanço que o Jornal do Brasil não deixe de verificar nelas com maior rapidez, completando até a última hora as recebidas, tudo quanto possa interessar a legião dos nossos amigos leitores”.

“O cabo submarino transformou tudo isso. Quando o público pode todas as manhãs saber que houve na véspera um terremoto nos antípodas, mandou ao diabo o jornalista político e o crítico dogmático, quis saber com minúcias o que se passava na própria terra. A função de repórter cresceu de importância: tudo então concentrou-se nele. Uma notícia abala mais o governo do que 30 artigos e 30 artigos não dão ao jornal a tiragem que uma notícia proporciona. Também, a consequência disso é que já não há jornalistas: todos nós somos, mais ou menos, repórteres e é dos sucessos de reportagem que mais nos orgulhamos...” (*Jornal do Brasil*, 1 de janeiro de 1901, p. 1)

Constrói-se, pois, paulatinamente, a imagem do jornalismo como conformador da realidade e da atualidade. As tecnologias são fundamentais para a construção do jornalismo como lugar da informação neutra e atual. Se o telegrafo torna os



acontecimentos visíveis, há que informar fatos que ocorrem próximos ao público. A opinião é, assim, gradativamente separada de uma idéia de formação isenta e, neste processo, os novos artefatos tecnológicos desempenham papel fundamental. (Idem, p.24)

Essas falas autoreferenciais são mais ricas em marcos temporais, seja para o jornal, como o aniversário de sua fundação, seja para toda a sociedade, como as passagens de ano. Esse sentido de tempo fornece qualificações múltiplas ao passado de acordo com seus usos. Gerações que se compõem de maneira desigual e heterogênea se organizam em torno do acontecimento e personagens memoráveis. Gestos, falas, fatos são evocados como relíquias ressuscitadas em festas particulares que instauram um sentido particular para o passado reinventado.

“Os nossos leitores ficarão assim a par de todo o movimento das grandes capitais e conhecedores das modificações que se dão na política internacional. Além desse melhoramento, o material tipográfico será completamente transformado a fim de que o *Correio da Manhã* em todos os pontos corresponda às exigências de um *jornal moderno*, também cuidando de sua parte estética”. (*Correio da Manhã*, 2 de janeiro de 1902, p. 1. grifos nossos)

Seguindo o clamor e a rapidez das mudanças tecnológicas e identificando novas formas de experienciar o mundo, os jornais propõem que o texto jornalístico esteja em sintonia com esse mundo. Diz um artigo de fundo d’O Paiz:

“O leitor apressado não queria pensar, não tinha tempo para acompanhar longas reflexões filosóficas, passa por cima de todas as considerações de ordem social e política; diga-lhe o que passou, como se passou. Em que condições se deu o fato que o ocupa, pinte-lhes o tipo e o caráter dos protagonistas, e se for possível fazê-lo sem palavras, pela fotografia tanto melhor!” (*O Paiz*, 26 de junho de 1914, p.1)

Apenas esse trecho é repleto de significados para toda a argumentação que esse trabalho segue. Primeiramente, o que vemos nesse trecho é um esboço do que anos depois seria chamado de *lead*<sup>6</sup>. É interessante notar que esse artigo é anterior mesmo à época que o *lead* foi implementado na imprensa norte-americana, demonstrando como as histórias são sempre muito mais complexas e ambíguas. O mundo se acelerava e o leitor estava cada vez mais apressado, então o jornal buscava se sintonizar a esse mundo moderno, e, de tal maneira, se modernizava. Outro aspecto interessante a se notar, é a motivação para o jornal mudar a sua escrita. Nesse momento, era mais uma adaptação

---

<sup>6</sup> Formatação da escrita jornalística implementada no jornalismo norte-americano durante a década de 1920, e apropriada para o jornalismo brasileiro no anos 1950. trata-se basicamente do primeiro parágrafo de qualquer matéria jornalística que deve responder a seis perguntas (quem, quando, onde, fez o que, porque e como) numa linguagem com o uso mínimo de adjetivos ou palavras com carga semântica muito pesada ou dúbia.



do texto ao mundo, ao leitor no mundo. Era o mundo e o leitor que mudava, então o jornal deveria acompanhá-los. Anos mais tarde, na década de 1950, quando *lead* é apropriado na imprensa brasileira e evocado como marca da profissão jornalística, são outras coisas que estão em jogo. Neste momento, o jornalismo procurava reconfigurar seu posicionamento social, estabelecendo padrões para o texto jornalístico, estabeleciam também o verdadeiro profissional do jornalismo, em detrimento de um jornalismo repleto de veleidades literárias ou incisivas panfletagem políticas. Ou seja, em um caso, o jornal se adapta ao mundo e ao leitor em mudança, no outro, o jornal busca definir os parâmetros da identidade do profissional da imprensa, mas em ambos os casos estão postos o conceito de moderno, em seus múltiplos usos e significações possíveis.

Em outro caso, noticiando o aparecimento do novo periódico, a imprensa destaca o que classifica como a “modernidade do jornal”, em função de tentar reproduzir seu caráter noticioso. Portanto, o destaque à informação estabelece sua diferença em relação aos outros.

“O Globo é um jornal moderno, com o feitiço de um diário europeu, desapaixonado, muito noticioso, com uma infinidade de seções informativas, e parece pouco propenso a formar correntes vibráteis de opinião, a não ser através do exato e minucioso noticiário”. (*Diário do Povo, apud, O Globo, 31 de julho de 1925*)

Na definição dos jornalistas, ser um jornal moderno é destacar as notícias informativas, relegando a opinião a plano secundário. Valoriza-se o novo estilo jornalístico no qual o noticiário “exato e minucioso” tem papel central. Observa-se, portanto, a continuação da construção gradativa do ideal de objetividade no jornalismo carioca, que começa antes mesmo da década de 1910.

O conceito de moderno aparece aqui, nas palavras dos jornalistas, associado aos jornais que privilegiam a divulgação da informação numa linguagem que procura pretensamente isenta. A informação passa a ter lugar de destaque. A valorização dessa pretensa neutralidade – apresentada pela formação discursiva do periódico e pela delimitação dos espaços destinados à opinião que não mais se confundiria com as colunas de informação – retira da narrativa jornalística idéia de dúvida (Barbosa, 2007: 96).

Na prática, essa afirmação da predominância da notícia informativa não acontece. A valorização da notícia procura, portanto, construir a imagem do jornal a partir de elementos importantes para o jornalismo, mais como expectativa, como projeto, do que como experiência concreta e observável naquele presente.





A partir do que vimos, podemos concluir com Barbosa (2007:48) que a drástica transformação pela qual passa o jornalismo inclui, como vimos, do ponto de vista da impressão, inovações técnicas que permitem a reprodução de ilustrações e fotos e uma maior rapidez no processo de produção. Do ponto de vista editorial, a mudança no teor das notícias publicadas e na forma como são distribuídas nas páginas. A valorização do caráter imparcial do período leva à criação de colunas fixas para a informação e para a opinião, ao mesmo tempo em que se privilegia a edição de notícias informativas.

Uma das marcas mais recorrentes no discurso dos jornalistas, ao lado da idealização da profissão como lugar de sacrifícios, é a construção de um dado ideal de modernidade. De tal maneira, Marialva Barbosa conclui que a cada década uma nova modernidade é construída pelos jornalistas, seja em depoimentos, seja em artigos de fundo e opinativos. Como a identidade dos profissionais que atuavam na imprensa ainda não estava consolidada e a história da imprensa não havia sido sistematizada – mesmo que de maneira linear, estabelecendo marcos temporais balizadores – é comum encontrarmos reivindicações de grandes mudanças amparadas a cada momento por aspectos que os possam relacionar a um ideal de modernidade. Assim, são os grandes nomes do jornalismo que, na memória desse grupo, produzem essas mudanças, promovendo, discursivamente, revoluções periódicas na imprensa. O que as mudanças na imprensa da década de 1950 conquistaram foi exatamente essa posição privilegiada na história da imprensa no Brasil, não meramente por de fato terem promovido mudanças, mas, também, por terem conquistado legitimidade suficiente para colocar aquele período como a época na qual grandes reformas aconteceram na imprensa, fruto do gênio de grandes indivíduos que então finalmente modernizaram a imprensa, ao menos para o senso comum da história da imprensa no Brasil.

No que diz respeito à memória nos interessa aqui o que Ricoeur (2007) identifica como a memória de nível prático, ou seja, a memória manipulada, já que ela se refere também à estrutura e ao enquadramento de uma narrativa. A relação memória e identidade é essencial a este modo de uso da memória. São através das construções identitárias que os personagens de uma história têm o seu percurso traçado e o uso e abuso de suas narrativas se dão a partir da fragilidade em torno da identidade.

Assim, muitas vezes o problema da memória manipulada é construído em *locus* de fragilidade de identidades, o que provocaria um abuso da memória. Baseando-nos na idéia de Ricoeur de uma memória que é manipulada, afirmamos que só é possível manipular a memória de um grupo se ele não tiver uma identidade muito forte (como



por exemplo a memória do holocausto). E como a identidade daquele jornalismo anterior à década de 1950 ainda é frágil, podemos dizer, conceitualmente, que houve abusos dessa memória, manipulando-a através do esquecimento, buscando construir uma identidade para o campo jornalístico. A memória funciona, pois, como uma espécie de lugar de nutrição da identidade, confrontando-a, negociando o que cada um deve fazer e lembrar em relação ao seu passado (Muxel, 1996).

Não por acaso, o dilema do trabalho da imprensa como vocação e imprensa como profissão foi travado fortemente entre aqueles jornalistas que se formaram profissionalmente antes da década de 1950 e aqueles que queriam estabelecer os parâmetros da profissão em função da atual conjuntura. Quando o jornalismo começou a passar por intensas mudanças, intencional ou obrigatoriamente devido à conjuntura política e econômica, o passado então foi arquetizado como sendo superior ao tempo presente, instaurando discursivamente um momento de glórias e virtudes, em contraposição a um presente onde todos os valores existentes anteriormente se perderam, repete-se com frequência na mítica do mundo do jornalismo.

“A gente desanima muito, os jornais deixaram de ser aquilo que eram, um conjunto de pessoas que vibravam dentro da mesma idéia. Hoje não é isso. Antigamente ninguém podia pensar em horário de jornal porque o sujeito vivia dentro do jornal, porque ele queria e só saía dali depois que as colunas rodavam” (Depoimento de José Maria dos Reis Perdigão. In: *Memórias da ABI*).

### **O moderno na imprensa nos anos 1950**

As mudanças no jornalismo da década de 1950, na verdade, fora todo um processo de sedimentação de uma série de mudanças que já vinham sendo implementadas desde o início do século e que encontra nessa conjuntura eco favorável ao discurso de objetividade e neutralidade. A sociedade brasileira respirava novos ares na política. Após 15 anos, Vargas deixa o poder, depois de uma ditadura de oito anos. A redemocratização não apenas inspirava mudanças para a política brasileira. Este foi um momento que os atores políticos buscaram se posicionar de novas maneiras na cena política. E o lugar de autonomia política foi ancorado no ideal de objetividade e isenção envoltos na mística da modernização da imprensa, idéia característica daquele período de política desenvolvimentista do governo de 50 anos em 5 poucos anos depois. No caso específico do jornalismo, o que se buscava era uma pretensa isenção em relação à



política. O que já vinham proclamando desde muito tempo, e que agora sedimentavam essa preocupação, que se dava muito mais no plano discursivo, pois toda a configuração do jornalismo brasileiro, desde seus primórdios, a envolvia visceralmente à política.

Ferreira Gullar, que foi redator do Diário Carioca, um dos jornais tidos como modernizadores, fala que a distinção era grande para quem trabalhasse nesses jornais, mas o salário era pouco ou nenhum. Muitos só conseguiam receber vales e assim mesmo desde que viessem disputá-lo a cada manhã, quando entrava o dinheiro da venda diária. Outros eram pagos pelo governo, em empregos conseguidos pela direção do jornal. É interessante notar que apesar da decadência financeira do jornal, seus funcionários se sentiam prestigiados perante seus colegas de profissão, porque se viam participando de uma experiência profissional moderna e revolucionária, única no jornalismo brasileiro (Cf. Gullar, 1994).

O entusiasmo e o engajamento de alguns com as reformas apontam também para o mesmo fenômeno. Basta lembrar o depoimento de Carlos Lemos: “Havia uma efervescência entre nós, jovens que tínhamos sido convocados para realizar esse trabalho. (...) Havia também grande entusiasmo e auto-afirmação de estar participando do processo de transformar.” O mesmo diria Pompeu de Souza: “estávamos imbuídos de um certo espírito de causa: *o sentimento de que fazíamos a revolução na imprensa*” (grifos nossos) (*apud* Ribeiro, 2007:331). O engajamento a essas mudanças se fez necessário mesmo entre aqueles menos entusiasmados, pois a adesão às novas técnicas e ao ideário da profissão se impôs como critério de avaliação da competência profissional.

Até os anos 1950, praticamente todos os jornais assumiam posições editoriais em relação à política brasileira. Esse matiz político e ideológico era um fator importante de segmentação do próprio público. É correto afirmar que a “despolitização” da imprensa foi consequência também dos sistemas autoritários (1937-45 e 1964-85) que se impuseram à nação. Mas também é correto afirmar que foi a partir desse período que os jornais procuram perder essa característica, buscando aumentar seu público e assumindo uma nova orientação na esfera política, sem deixar de continuar atuando fortemente nela, essa atuação passará a se dar de maneira cada vez mais sutil, assumindo autoafirmativamente um jornalismo informativo baseado nas normas técnicas do modelo norte-americano, mas nem por isso essa atuação será menos contundente (Cf.: Hons, 1985 e Ribeiro, 2007).

As tecnologias foram fundamentais para a construção do jornalismo como lugar da informação neutra no início do século, acreditando que isso era possível através do



uso de telégrafos e o repasse dos fatos tais como eles chegavam. Logo esse argumento não se sustentaria por si só. Houve novas investidas para assegurar o jornal como o lugar da informação neutra, buscando uma autonomização em relação ao campo político, nem que fosse apenas na fala dos próprios jornalistas. A linguagem jornalística, que não foi apenas uma proposta de padronização do texto por questões práticas na diagramação do jornal, buscava, através do uso de uma linguagem comum o tratamento de qualquer acontecimento, a partir de uma pretensa objetividade que lhe garantisse um lugar autorizado de fala enquanto representantes ideais da realidade social. Por isso que toda uma mística foi criada em torno do ideal de objetividade, que seria possível através dessas técnicas redacionais, que foi fundamental para conceder simbolicamente a autonomia e o reconhecimento necessários para construir o jornalismo como fala autorizada a decifrar o mundo para seu leitor. Portanto, segundo a tese de Marialva Barbosa (2007), analisar as transformações por que passa a imprensa no período é visualizar o discurso memorável dos que se autodenominam agentes dessas mudanças e promover uma discussão em torno das relações: imprensa e poder.

Porém, essa proclamação de objetividade a partir de uma técnica narrativa caracteriza a imprensa desde inícios do século XX, como mostramos. Não por acaso, apontamos como o passado é frequentemente obliterado na fala dos jornalistas ou nos editoriais dos jornais diários, com os olhos voltados apenas para um futuro imaginado. Na verdade, como aponta Hartog (1996), o que existe, no limite da idéia de história e do tempo, são usos do passado, assim, o passado pode ser algo a se opor, seja por oposição ou pelo silenciamento, o não falar sobre. Mas também pode ser evocado para referendar ação no presente em função de um projeto para o futuro, como quando os jornais procuravam nos seus discursos se posicionar ao longo da história política e da imprensa brasileira. Ou ainda, quando ele é mitificado de maneira saudosista pela velha guarda do jornalismo que não se adaptou e não aceitou as mudanças sistematizadas pela imprensa a partir da década de 1950.

As reformas da década de 1950, introduzindo no dizer dos jornalistas a mítica da neutralidade e da objetividade, a rigor, servem para impor uma dada representação dos jornalistas para si mesmos, investindo naquilo que Bourdieu (1980) afirma ser luta por classificação. Cada vez mais procuram produzir representações em que buscam a construção de uma identidade que satisfaça seus projetos e que traga para eles reconhecimento social. O jornalismo passa a ser identificado como uma espécie de



mandato da natureza política e social. Procuram um lugar inteiramente diverso do ocupado por outros grupos e como agentes do campo reivindicam um trabalho no qual sobressai uma aura particular que os distinga de todos os demais (Bourdieu, 1997). (conferir também Barbosa, 2007:156-65)

De tal maneira, é sintomático no depoimento de Odylo Costa Filho, quando assumiu a redação da Tribuna da Imprensa, essa luta por distinção buscando legitimar-se dentro do campo jornalístico, diz ele:

Eu creio que um *jornal novo* só pode ser feito por gente nova. Por esse motivo é que eu gosto de dar oportunidades aos novos que começam e que realmente tenham valor. Aqui na Tribuna da Imprensa, felizmente, conto com uma excelente equipe; ela é formada por profissionais mais moços e de grande capacidade. (Publicidade e Negócios, 11/05/1959. grifos nossos)

A apropriação do conceito de objetividade pelo jornalismo brasileiro foi, assim marcada por muitas contradições e ambigüidades. As posições variavam muito de profissional para profissional e serviam, em diferentes contextos, a diferentes fins.

A linha editorial do jornal *O Globo*, segundo o *Anuário Brasileiro de Imprensa* de 1955, sofreu, junto com as invocações materiais, uma mudança radical:

De jornal essencialmente informativo que apenas abordava sem comprometer-se, os assuntos políticos, tornou-se a cerca de um ano um jornal combativo, opinando com veemência sobre a política nacional, com posição clara e definida, ainda que apartidário (...) Jornal de informação completa, *O Globo* mantém o princípio de ouvir sempre as duas partes em todas as questões controvertidas, sejam elas de caráter político, sejam pequenos acontecimentos ou dramas cotidianos. Sua reportagem conseguiu um grau de objetividade dificilmente alcançado por qualquer jornal e não excedido por nenhum outro.

É interessante observar que, para o redator do AnBI, não havia nenhuma contradição entre objetividade e opinião. O texto afirma que o jornal passou a opinar com veemência e, ao mesmo tempo, conseguiu um grau de objetividade dificilmente alcançado.

Ana Paula Goulart Ribeiro (2007:337-42) afirma que como a objetividade, a idéia de que a imprensa tinha uma missão foi crucial no processo de racionalização do discurso do jornalismo “moderno”. A auto-imagem construída do jornalista parece ainda estar baseada em um modelo arcaico da imprensa, porque o homem de imprensa é desenhado como orientador da política e como mentor da opinião pública, tal como havia sido os grandes nomes do jornalismo do século XIX: Quintino Bocaiúva, José do



Patrocínio, Evaristo da Veiga, entre outros. A grande diferença para aquela conjuntura está na base de sua legitimidade. “Na realidade, o que permitiria ao jornalista cumprir a sua missão de informar a opinião pública e zelar pela comunidade era um conjunto de regras e normas de comportamento (técnicas e éticas), que passou a definir a atividade jornalística não mais como uma mera ocupação, mas como uma profissão” (Idem, *ibidem*).

Mas enquanto a objetividade era evocada critério identificação da profissão de jornalista a partir da prática para uns, para outros, na verdade, ela reduzia os jornalistas a meros “reescrevedores”.

(...) chama a atenção a implantação de uma nova categoria profissional: o copy-desk, em detrimento daquela especialidade que é o alicerce do jornal, a reportagem. Hoje em dia ninguém mais quer ser repórter, ou quando quer e tem valor não pode por motivos econômicos, além de outros. Logo mandam-no para o copy ou algum cargo de chefia. Em conseqüência os nossos jornais melhoram a redação, mas falham em cobertura e notícia. Chega ao cúmulo do virtuosismo ao se transformar fatos sem a menor importância em autênticas peças de antologia jornalística pelo simples fato de que não há bons repórteres para levantar grandes assuntos e sim reescrevedores para redigirem e apresentarem com certa graça um assunto comum. É a nova classe que surge em nossa imprensa (Publicidade e Negócios, 20/05/1958).

Ainda mais complexificadora é a crítica feita por Luiz Garcia, então subsecretário da Tribuna da Imprensa, na qual é possível perceber as incongruências entre o ideal de objetividade, que não apenas era visto como uma impossibilidade, como também era quase uma castração de toda emoção e vivacidade do texto jornalístico.

Às vezes, o excesso de objetividade sem opinião, quase um dogma na imprensa americana, dá a impressão de que os jornais sofrem de uma excessiva timidez. Há, nos Estados Unidos, a regra de ouro da informação completa. Mas não se opina, pelo menos abertamente. Se bem que, é lógico, o próprio *lead* e o ângulo dado a uma reportagem não deixam de ser uma opinião. (Publicidade e Negócios, 10/06/1958)

## Conclusões

Mais do que verificar ou polemizar se há ou não renovação, se as mudanças de que período foram mais relevantes, interessa saber por que e como se constrói um discurso, referendado a cada momento, que aponta para a singularidade do jornal. No caso desse estudo, buscamos o referencial da história dos conceitos para analisar a idéia de moderno/modernização da imprensa na década de 1950 e em alguns momentos anteriores. No nosso entender, isso faz parte de uma estratégia de constituição do próprio campo jornalístico que precisa de emblemas místicos de sua própria



importância, utilizando suas falas autoreferenciais para referendar seus projetos, pois, seguindo as contribuições teóricas de Koselleck (2006), posicionamentos sócio-políticos, ainda por ser conquistado, foram formulados primeiro na linguagem, justamente para que esses posicionamentos pudessem ser conquistados e fosse possível dominá-los.

Os usos de conceitos não servem apenas para apreender de tal ou tal maneira um conjunto de significados, eles apontam também para o futuro. Esses usos põem em disputa os critérios de definição de uma dada expressão, buscando a prevalescência daquele que mais contribua para construir uma linguagem que expresse seus projetos. De tal maneira, essa disputa por significados através dos atos de fala e das conceitualizações da identidade do jornalismo produzem efeitos concretos na realidade social. Buscando sempre a manutenção e aumento do poder simbólico, do poder de nomear e produzir sentido a partir do lugar de fala privilegiado que a imprensa possui.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora (org.). *Eles mudaram a imprensa – Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. SP: Ática, 1999.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. Vol. I e II. SP: Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e Público. Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Tese de Doutorado. PPGHIS-UFF, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. RJ: Perspectiva, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Questões de sociologia*. SP: Marco Zero, 1985.
- GULLAR, Ferreira. “A reforma do Jornal do Brasil e outras lembranças”. In: *Revista de Comunicação*, ano 3, n. 12, 1987.
- HONS, André. *Os diários do Rio de Janeiro (1945-1982)*. Dissertação de Mestrado. PPGHIS-UFRJ, 1982.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. RJ: Vértice, 1990.
- HARTOG, François. “Tempo e História: ‘Como escrever a história da França hoje?’”. In: *História Social*, n.3, Campinas – IFCH-Unicamp, 1996.
- JOBIM, Danton. *Espírito do jornalismo*. SP: EDUSP, 1992.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. RJ: Contraponto, 2006.
- LACERDA, Carlos. *A missão da imprensa*. SP: EDUSP, 1992.
- LEMOS, Carlos. “Com a revolução na imprensa chegou a vez do repórter”. *Revista da Semana*. N. 15, 13/04/1957.
- LYSIAS, C. “Era uma vez o nariz-de-cera”. *Revista de Comunicação*. n. 7, RJ, 1988.
- POMIAN, Krzysztof. *L’orde du temps*. Paris: Gallimard, 1984.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. RJ: E-papers, 2007.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. 3 vols. Campinas: Papius, 1994, 1995, 1996.



\_\_\_\_\_. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Nelson. *O reacionário*. SP: Cia das Letras, 1994.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the News: a social history of american newspapers*. New Toy: Basic Books, 1978.

SOUZA, Pompeu de. “A chegada do *Lead* no Brasil”. In: *Revista de Comunicação*. Ano 4, n. 7, 1998.

\_\_\_\_\_. “Nariz-de-cera”. In: *Revista de Comunicação*. Ano 8, n. 28, 1992.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. RJ: Zahar, 1994. GULLAR